

## JUVENTUDE RURAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE (CON)VIVÊNCIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Aracele Barbosa Gomes<sup>1</sup>

Maria Alcilene Vitória Batista Aires<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo busca refletir sobre os desafios e possibilidades que os jovens rurais vivenciam atualmente dentro do contexto social, econômico, político e educacional do semiárido nordestino. Neste trabalho buscamos analisar as práticas e estratégias de convivência com a seca, desenvolvidas ao longo dos anos, e como estas foram pensadas, construídas e apropriadas pelos sujeitos que vivenciam essa realidade. Refletir como os órgãos e instituições atuaram/atua para o desenvolvimento do espaço rural do semiárido e as práticas de convivência desenvolvidas por estes, se apresenta como um dos objetivos desse estudo. Na intenção de discutirmos acerca da concepção de juventude utilizamos reflexões teóricas, utilizando-se de autores como Carneiro (2005), Castro (2006) e Paulo (2011), que nos últimos anos têm colaborado para os estudos na área de juventude rural. E com o intuito de compreender as práticas e estratégias de convivência com a seca no semiárido nordestino, utilizamos aportes de autores como Albuquerque Júnior (1995), Carvalho (2014) e Silva (2010), sendo este um estudo bibliográfico. Portanto, o princípio de convivência e qualidade de vida no semiárido tem sido pensado através do desenvolvimento de uma educação contextualizada e da obtenção do conhecimento através das tecnologias apropriadas. As considerações apresentadas, longe de serem conclusivas, suscitam diversas indagações sobre as condições e vivências dos jovens no semiárido nordestino atualmente, assim como, as perspectivas de desenvolvimento sustentável para a região e como estas tem-se refletido em qualidade de vida e convivência desses sujeitos na realidade local.

**Palavras-Chaves:** Juventudes, Convivência, Semiárido, Educação contextualizada.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, nas últimas décadas, a categoria social “Juventude” vem sendo objeto de estudos por diferentes áreas dos saberes, e alguns desses estudos apontam para uma maior presença de jovens que reivindicam maior visibilidade e também a formulação e implementação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer para esses sujeitos. Mas é importante que se evite generalizações, afinal, os mesmos estudos apontam para diferenciações significativas, por exemplo, desses jovens em relação ao lugar onde vivem. Diferentes condições de oportunidades, acesso à educação, ao mercado de trabalho, enfim condições de desigualdade entre, os que moram nos ambientes citadinos e os que habitam em áreas rurais.

---

<sup>1</sup> Mestranda do PROFSOCIO da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA; aracele\_sume@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda do PROFSOCIO da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA; alcilenevitoria@hotmail.com.

As diversas discussões acerca do termo juventude remetem a uma série de definições divergentes, como uma faixa etária, um contingente populacional, uma categoria social ou uma geração. No entanto, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo o seu fim marcado pelas seguintes dimensões: terminar os estudos, viver do próprio trabalho, sair da casa dos pais e ter sua própria casa, casar, ter filhos (FREITAS, 2005).

Tomando essa concepção como referência, podemos compreender que as distintas condições sociais, a diversidade cultural, as diferenças territoriais, a diversidade de gênero, entre outros elementos se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude. Dessa forma, percebemos essas diferenças de forma muito marcante enquanto o ser jovem nas diferentes regiões do país, haja vista que por apresentar características que são bem particulares, essa regionalização brasileira acaba provocando situações de preconceitos e estereótipos que passam a serem reproduzidos, como por exemplo, a ideia de lugares desenvolvidos ou atrasados.

De acordo com Silva (2010), essa questão de desenvolvimento tem sido uma das maiores preocupações das sociedades humanas. Com o advento da modernidade, a ideia de desenvolvimento está associada a progresso, como expressão da capacidade racional, baseado na ciência e na tecnologia, cujas finalidades são a ampliação das riquezas materiais e a geração de bem-estar. No caso da região Nordeste, especificamente nas áreas do semiárido, concordando com Silva (2010), a questão é ainda mais complexa, pois na maior parte desta área, constata-se a estagnação ou a lentidão do crescimento econômico e a permanência de indicadores sociais abaixo das médias nacional. A situação estrutural de pobreza ainda se transforma em calamidade nos períodos prolongados de seca na região.

É importante ressaltar que diante desse contexto, os jovens rurais vivem uma dicotomia, no que diz respeito ao desejo desses de permanecerem ou não no campo, assim como das condições de realizações desses desejos e de suas aspirações profissionais, assim como enfatiza Carneiro (2005). Ainda de acordo com Carneiro (1998), “se por um lado os jovens rurais buscam no meio urbano a possibilidade de construção do seu projeto de vida e de inserção no mundo moderno, por outro lado, buscam manter os laços que os unem com a sua cultura de origem”. Isso nos faz pensar na importância de ser proporcionado a esses sujeitos condições, meios de convivências com o seu lugar, independente das condições pré-estabelecidas.

Para Castro (2006) a juventude rural é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Estes que são identificados como juventude rural, são percebidos como uma população específica, uma “minoridade” da população jovem do país. De

acordo com Paulo (2011), de forma particular, o estudo da juventude rural como sujeito específico acompanha as transformações sofridas pelas ciências e é fruto das percepções de identidades emergentes em um novo contexto acadêmico e social que está em construção desde a década de 1960.

Nesse sentido, esse artigo se propõe a refletir através de pesquisa bibliográfica sobre as “Juventudes”, que estão inseridas no semiárido<sup>3</sup> brasileiro, bem como, as estratégias de convivência com o semiárido dita modernas, como exemplo a implantação do CDSA (Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido) instalado na cidade de Sumé – PB há cerca de dez anos. Tendo por objetivo democratizar o acesso à Universidade, o desenvolvimento de técnicas inovadoras e práticas de melhorias para a convivência com o semiárido.

### **JUVENTUDE RURAL: DESAFIOS, APRENDIZADOS E PERSPECTIVAS.**

Quando se focaliza nos estudos sobre juventudes rurais, mesmo havendo diversos aspectos, dois temas são recorrentes, segundo Brumer (2007), “a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração”.

Esse fenômeno se repete ao longo dos anos nas regiões semiáridas da região Nordeste, segundo dados demográficos que demonstram esse intenso fluxo migratório campo-cidade nas últimas décadas. Na análise de Brumer,

Entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão). (BRUMER, 2007, p. 02).

Podemos associar esse êxodo à mudança, onde os indivíduos do campo deixam de enxergar possibilidades de melhorias nas condições de trabalho e renda e passam a vislumbrar no ambiente urbano tais condições. Vale ressaltar que essa imagem do jovem rural que se sente encantado pelo mundo da cidade, ela não é recente, e nos remete a pensar uma visão de que a agricultura, principal atividade desenvolvida pelo homem do campo, é um trabalho

---

<sup>3</sup> O semiárido brasileiro refere-se a um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades. Segundo dados oficiais do Ministério da Integração, o Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km<sup>2</sup> e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca. Nessa região, vivem 22 milhões de pessoas, que representam 11,8% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o Semiárido mais populoso do planeta. <Disponível em: <http://www.asabrazil.org.br/semiario>. Acesso em: 16/07/2019>

forçado, penoso, difícil, que submete o trabalhador a uma condição de exposição ao calor e ao frio, bem como ser um trabalho que não oferece uma estabilidade financeira, uma carga horária de trabalho regular, ou seja, uma visão pessimista nessa perspectiva.

Durante longos anos o fenômeno das migrações sazonais, em direção às safras agrícolas, foi comum entre a população rural sendo protagonizado por pequenos proprietários ou arrendatários que vendiam periodicamente a própria força de trabalho em condições muitas vezes precárias, a fim de complementar a renda. Prática essa que tornou-se comum em longos períodos de estiagens e que muitas vezes promovia a permanência desses indivíduos nos grandes centros urbanos. O êxodo vivenciado por jovens do campo demonstra que essa prática foi se tornando cada vez mais comum. Os jovens, assim como pessoas de outras faixas etárias, não encontravam condições de vida capazes de promover a sua suficiência econômica.

O período de maior êxodo no Brasil foram às décadas de 1960 e 1980 quando aproximadamente 13 milhões de pessoas abandonaram o campo e seguiram em direção aos centros urbanos. No início da década de 1960, esse número de migrantes no país correspondia a 33% da população do campo. Segundo Alves (2011) entre 2000 e 2010, a taxa de êxodo rural<sup>4</sup> foi de 17,6%, considerado um índice bem menor do que o da década anterior, que foi de 25,1%. Na década de 1980, essa taxa era de 26,42% e, na década de 1970, era de 30,02%.

Estudiosos da área teorizam que houve uma desaceleração considerável do êxodo rural no início dos anos 2000. De modo que,

Contrariamente à crença arraigada que encara o esvaziamento do meio rural como o corolário associado ao próprio conceito de desenvolvimento, mais de um quarto da população economicamente ativa nos países desenvolvidos residem em áreas rurais. [...] No caso brasileiro, a década de 90, registra um fenômeno inédito na história do país: o ritmo do êxodo rural desacelera-se de maneira nítida e, ao final dos anos 90, já se registraram tanto a migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em diversas regiões do país. (ABRAMOVAY, 2000, p. 3).

Dessa forma, inicia-se um processo inverso ao que ocorria rotineiramente como enfatiza Camarano *apud* Abramovay (2000), a população do campo começou a crescer em termos absolutos, revertendo assim o declínio de quase duas décadas. Entretanto uma considerável parte da população que reside no campo deixou de trabalhar fundamentalmente na agropecuária.

Dentre alguns fatores responsáveis pela queda do êxodo rural no Brasil encontram-se os investimentos – embora não sejam considerados tão expressivos, para os pequenos

---

<sup>4</sup> De acordo Alves (2011) se considerarmos os valores do êxodo rural a partir do número de migrantes em relação ao tamanho total da população residente no campo no Brasil

produtores e agricultores familiares e programas sociais do governo para garantir que as pessoas encontrem melhores condições e qualidade de vida no campo. Portanto,

Verifica-se que foram apresentadas ou estão em formulação três propostas ou alternativas para aquela realidade: combater as secas e os seus efeitos; aumentar a produção e a produtividade econômica na região, sobretudo com base na irrigação; e conviver com o Semiárido, combinando produção apropriada com a qualidade de vida da população local. (SILVA, 2010, p. 23-24).

De modo que o Semiárido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas.

Aliado a essa concepção, é importante ressaltar que a juventude rural da região do semiárido não se apresenta em situação de extremo isolamento, ao contrário, há um diálogo com o mundo globalizado, com os sistemas de informação e parte desse contingente geracional está envolvido em reivindicações de espaços que visam o cumprimento de políticas que viabilizem mudanças para o seu lugar de origem. E um fator que vem a contribuir de maneira significativa para tais lutas, é sem dúvidas, o acesso à escolarização.

Afinal, pensar a convivência com o Semiárido e a sustentabilidade é pensar uma linha de um desenvolvimento integral, que contemple todas as dimensões da vida de cada pessoa, de sua comunidade e da sociedade. Deste modo, quando falamos de convivência com o Semiárido entendemos que as políticas a serem construídas não são apenas econômicas e técnicas. Importa, fundamentalmente, construir também novas mentalidades e novas posturas ante o semiárido, tanto por parte dos adultos quanto dos jovens e crianças. Daí a importância de uma educação que ajude a fazer surgir e enraizar processos novos de ver, agir e se relacionar no/com o Semiárido.

## **MODERNIDADE TÉCNICA E OS SABERES LOCAIS COMO ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO**

Os períodos de estiagem passaram a ser cada vez mais constante no semiárido nordestino, tornando essa região do país conhecida como a “indústria da seca”. Albuquerque Júnior (1995) destaca que a seca passou a ser uma estratégia da elite nordestina, que utilizou-se do discurso de grupos e instituições sociais, dando forma ao “discurso da seca”. O que promovia o uso de recursos do governo pelas oligarquias econômicas e políticas da região em benefício próprio, usando como desculpa o combate as mazelas do fenômeno climático.

Há muito tempo alternativas com o intuito de modificar essa realidade socioeconômica são propostas e experimentadas no Semiárido. Sabe-se que a modernização agrícola do campo favoreceu os interesses da elite provocando grande exclusão e até mesmo expulsão dos pequenos produtores. Nesse sentido, é importante pensar e analisar o que foi e o que está sendo feito para o desenvolvimento do semiárido. Alternativas como: o combate às secas e seus efeitos (políticas hidráulicas - açudagem); a produção e a produtividade econômica fazendo uso da irrigação (o que ocasionava alto índice de evaporação devido às condições climáticas) foram apresentadas como soluções para o desenvolvimento da região. Políticas governamentais que vieram a fortalecer ainda mais o poder das elites dominantes.

Destarte, neste contexto as ações governamentais de intervenção foram sendo construídas com base no caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública, através de ações emergenciais que alimentavam a “indústria da seca”, assim como pela, construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo as grandes propriedades rurais. Em todas essas estratégias é possível perceber os interesses oligárquicos na formulação e execução das políticas, como também da reprodução e uso político do discurso da miséria e do subdesenvolvimento como decorrência direta das secas.

Como enfatiza Castro (1967), os grandes proprietários de terra se apropriavam da maioria dos açudes públicos que foram construídos para combater os efeitos das secas<sup>5</sup>, e os mesmo não constituíam solução definitiva ao problema,

Mais grave ainda que a miopia técnica fora a mistificação política em que caíra este organismo ao qual competia, também, a distribuição e aplicação das polpudas verbas para ajuda aos flagelados das secas. Nenhum outro organismo técnico fora tão desvirtuado em seus objetivos do que este que canalizava para os bolsos dos senhores de terras e dos seus apaziguados quase todos os recursos que deviam ser destinados a alimentar, a educar, a ajudar a viver os camponeses da região. (CASTRO, 1967, p. 194)

Carvalho (2014) ressalta que o desenvolvimento regional não é só equilibrar os níveis de riqueza entre as regiões. Segundo o autor, é imprescindível pensar em uma melhoria na qualidade de vida das pessoas dessa região. Por conseguinte, a convivência com o semiárido tem sido considerada uma possibilidade de um desenvolvimento sustentável associando produção apropriada com a qualidade de vida da população local.

Numa visão moderna, o Banco do Nordeste entende que a questão ambiental é considerada como uma variável econômica e não simplesmente ecológica, sendo

---

<sup>5</sup> A Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), criado em 1909 foi o primeiro órgão federal criado com o objetivo de sistematizar o combate às secas periódicas que assolavam a região Nordeste. Em 1919 passou a denominar-se Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), e posteriormente em 1945 passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

relacionada à competitividade e à oportunidade de negócios. Não se trata, portanto, de um aspecto restritivo da atividade econômica, mas ao contrário, reflete uma aproximação entre meio ambiente e desenvolvimento, onde o próprio mercado é utilizado para induzir um manejo ótimo e sustentável dos recursos naturais e de aspectos sociais relacionados com a sua exploração. (FRANÇA, 2000, p. 112)

Dessa maneira Silva (2010), destaca que as alternativas apresentadas para enfrentamento das problemáticas da seca no semiárido são parte de um modelo de desenvolvimento baseado no “progresso” técnico e no domínio da natureza, colocando o crescimento econômico e a acumulação dos bens como suas finalidades últimas.

Verifica-se que as políticas públicas de assistencialismo e de combate à seca não foram apropriadas e eficientes o suficiente para dar as condições necessárias para que estes atores pudessem permanecer no seu meio de origem. A perspectiva de modernização da agricultura associada às classes que detinham maiores quantidades de terra foi fundamental para a exclusão dos pequenos agricultores de sua área, enfim, do espaço rural.

No início dos anos 2000, o governo federal potencializa e incorpora programas que visam à sustentabilidade do desenvolvimento e adesão às alternativas de convivência com o semiárido brasileiro. Essa perspectiva de convivência implica em práticas sustentáveis e racionais de vivenciar as potencialidades da região buscando assim satisfazer as necessidades humanas. É a partir dessa perspectiva de convivência que irá surgir o que Silva (2010) chama de tecnologias apropriadas<sup>6</sup>, que por sua vez, se opõe ao que vinha sendo denominado de técnicas modernizadas. Pois diferentemente destas últimas, às tecnologias apropriadas buscam valorizar o conhecimento tradicional dos produtores, vindo a ser uma possibilidade de melhorias na qualidade de vida para os povos da região semiárida, uma vez que, a partir dessas o conceito de sustentabilidade ganha significado em suas práticas.

Compreende-se então que a educação para o desenvolvimento de metodologias e tecnologias de convivência com o semiárido e, por conseguinte, a profissionalização das práticas do agricultor é a melhor forma de transformar a realidade rural. Práticas assistencialistas prejudicam mais do que ajudam os agricultores, pois em sua maioria as políticas públicas não são desempenhadas e nem chegam ao público alvo como foram planejadas. É preciso investir em educação e práticas de convivência para que o jovem permaneça no campo sendo capaz de resistir a qualquer dificuldade natural.

---

<sup>6</sup> De acordo com Silva (2010) o termo tecnologias apropriadas é utilizado para se referir aquelas tecnologias que, “respeitando a cultura e os saberes locais, agrega-lhes maior valor e garante a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos”. Sendo estas intensivas em conhecimento e em trabalho e poupadoras de recursos e capital.

Dessa maneira, o desenvolvimento sustentável se constitui como novo paradigma civilizatório e tem provocado o surgimento de vários movimentos de tomada de consciência dos impactos ambientais, assim como, a busca por superar as problemáticas sociais, econômicas e ecológicas no semiárido brasileiro. Esses movimentos têm procurado alternativas de desenvolvimento que permitam satisfazer, as necessidades e pretensões das populações de forma adequada, sem comprometer o bem-estar das gerações futuras.

Trata-se da emergente necessidade de um novo paradigma e não apenas de mudanças nas concepções de desenvolvimento. É necessário “uma mudança profunda no pensamento, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade” (Capra, 1999, p. 29). Construir ou resgatar as relações de convivência entre os seres humanos e a natureza nos últimos anos, é algo emergente e articulado às discussões sobre sustentabilidade, dando fundamentação a perspectiva de convivência com qualidade de vida no semiárido brasileiro e do incentivo às atividades econômicas apropriadas.

A perspectiva da convivência provoca um processo cultural, de educação, e mesmo de aprendizagem sobre os limites e as potencialidades da região. Demanda a constituição de novas formas de pensar, sentir e agir de acordo com o ambiente no qual se está inserido.

Neste sentido, é propósito da educação contextualizada formar agentes multiplicadores de novas visões (através do conhecimento técnico) e de novas práticas apropriadas a realidade local, utilizando-se de suas potencialidades, mas sem esquecer as fragilidades dos seus ecossistemas.

## **O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO (CDSA): CONVIVÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA**

Pela sua configuração natural, a região do Cariri é mais propensa ao desenvolvimento de algumas culturas e criações. Elementos como a localização, conformação geográfica e características naturais fazem dessa região, um lugar em que é necessário considerar suas possibilidades, não só do ponto de vista do desenvolvimento econômico, mas, principalmente, do potencial para moldar a cultura e as características de seu povo. O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido<sup>7</sup> – CDSA/ UFCG, *campus* Sumé-PB, por sua vez,

---

<sup>7</sup> A criação do campus se deu no ano de 2009 dentro do Programa REUNI de expansão do ensino superior. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). <Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 18/07/2019>

é fruto de uma proposta política de mobilização dos povos do Cariri Paraibano<sup>8</sup>, para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na região.

A cidade de Sumé possui uma população estimada em 16.072 habitantes<sup>9</sup> e área territorial de 838 km<sup>2</sup>. Está a 532m de altitude, 250 km distante da capital João Pessoa. No que se refere aos dados socioeconômicos o município de Sumé, já se destacou pelo seu potencial econômico, na época em que o perímetro irrigado<sup>10</sup> funcionava, produzindo frutas e legumes (coco, feijão, milho, pimentão e tomate industrial) que eram comercializados na região. Atualmente, a maior parte da arrecadação se refere basicamente ao funcionalismo público, aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e uma pequena parte, ao comércio local – que ainda não é desenvolvido o bastante, e a agricultura local.

Vale ressaltar que no município, atualmente, tem-se em atividade duas escolas municipais de ensino fundamental que atuam através da educação contextualizada, a saber: Escola Agrotécnica, que mantém do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. E a U.M.E.I.E.F José Bonifácio Barbosa de Andrade<sup>11</sup>, localizada no Distrito de Pio X, cuja proposta pedagógica de funcionamento está orientada para a educação do campo.

No que se refere à educação superior, Sumé possui um *campus* da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) localizado em sua sede, no qual são oferecidos os cursos de Engenharia de Biosistemas, Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos, Engenharia de Produção, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Educação do Campo, Tecnólogo em Agroecologia e Tecnólogo em Gestão Pública.

Podemos entender a conquista de um *campus* da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB, no ano de 2008, como um efeito das reflexões e ações anteriores, uma vez que, essas discussões tomaram uma proporção maior, o que veio a resultar na aprovação e criação do *campus*. Para a conquista do referido *campus* estiveram presentes em ações e mobilizações diferentes organizações, representantes da sociedade civil e do poder público.

Apesar dos cursos oferecidos no CDSA situarem-se em duas grandes áreas do conhecimento, no discurso oficial estes possuem características comuns, pois buscam atuar

---

<sup>8</sup> O Cariri paraibano fica localizado na região semiárida do Nordeste brasileiro e é constituído por duas microrregiões: o Cariri Ocidental – composto por 17 municípios, e o Cariri Oriental – composto por 12 municípios.

<sup>9</sup> De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010. <Disponível em: <http://sume.pb.gov.br/2014/conteudos/exibir/porta1principal/7>. Acesso em 16/07/2019>

<sup>10</sup> A implantação do Perímetro Irrigado Sumé, realizada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi iniciada no ano de 1970 e a sua conclusão ocorreu em 1976.

<sup>11</sup> A Escola, que tem uma área de 854 m<sup>2</sup>, e está em funcionamento desde 2012.

nos eixos da pesquisa, ensino e extensão através da reflexão e atuação sobre questões referentes às problemáticas inerentes à sustentabilidade no semiárido.

De acordo com informações publicizadas no próprio *site*<sup>12</sup> do Centro, o CDSA/UFCG foi implementado a partir de duas áreas do conhecimento científico, consideradas pelos formuladores fundamentais para o desenvolvimento sustentável destas populações (UFCG, 2008), a saber: a tecnologia voltada para o desenvolvimento e revitalização das potencialidades econômicas do semiárido brasileiro, considerando suas vulnerabilidades naturais, seus processos produtivos e suas dramáticas contradições socioeconômicas – o que impõe a perspectiva de um projeto produtivo renovador e socialmente justo; a educação, que é a base do desenvolvimento humano em qualquer circunstância e que para os povos do campo e do semiárido do Brasil é dramaticamente precária, seja em termos numéricos, seja em termos de qualidade, seja em termos de adequação pedagógica.

Vale ressaltar, que em nível de pós-graduação, o CDSA já ofertou curso de Pós-graduação em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, e atualmente oferta o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua), Mestrado Interinstitucional em Farmacoquímica, Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática para a convivência com o Semiárido, Especialização em Gestão das Políticas Públicas, Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

Foram criados cursos no CDSA considerando em alguma medida as potencialidades locais, mas faz-se pertinente observar, refletir e analisar sobre o retorno acadêmico, econômico, social e cultural dessa formação para a região. Além do propósito imediato de ofertar aos jovens da região e até mesmo de outras regiões do país o direito a uma formação profissional de nível superior pública de qualidade, a inserção da UFCG no Cariri Paraibano tem como objetivo contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido. O qual deverá oportunizar novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para o povo da referida região e para a população que habita o Bioma Caatinga como um todo. Contudo, não há evidências de que os cursos ofertados pela referida instituição tenham atendido as expectativas da população local, tomando por referências o número de vagas ociosas nos últimos processos seletivos.

---

<sup>12</sup> *Site* consultado em: <<http://www.cdsa.ufcg.edu.br/cdsa/o-centro.html>> Acesso: 14 de julho de 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta reflexões acerca de realidades vivenciadas por adultos, jovens e crianças, que habitaram ou habitam a região Semiárida do Cariri Paraibano, um lugar que historicamente foi estigmatizado, visto como sinônimo de atraso, como não oferecendo boas condições de se viver, mas que tem se afirmado com o passar do tempo enquanto um espaço marcado por lutas no sentido de vencer a necessidade de migrar para outros lugares do país visando obter condições materiais de sobrevivência, para si e para os seus familiares.

Diante das reflexões apresentadas constatamos que há possibilidades de permanência dos sujeitos do campo no seu lugar de origem, assim como a convivência com as especificidades da região, se utilizando de meios e técnicas capazes de auxiliar nesse processo de fazê-los conviver com os fenômenos naturais do lugar. Para tanto, se faz importante pensar novas maneiras de produção que possibilite uma melhor qualidade de vida para tais indivíduos.

Nesse sentido, ressaltamos o papel que a implantação do CDSA e conseqüentemente dos cursos ofertados por tal instituição têm para essa região. Porém, alguns questionamentos tornam-se necessários: Até que ponto o referido Campus tem colaborado efetivamente para o desenvolvimento do lugar, através das modernas técnicas de convivência com o semiárido? Os egressos nos cursos da instituição atuam em suas áreas de formação após o término de seus respectivos cursos? Estes jovens têm permanecido e buscado contribuir com o desenvolvimento da região, ou acabam por migrar em busca de inserção no mercado de trabalho em outras regiões? O mercado de trabalho local oferece possibilidades de emprego que absolve tal mão de obra especializada? Havendo vagas ociosas nos cursos do Campus, quais fatores contribuem para isso, desistência, transferência de curso ou de instituição de ensino?.

Pensamos que esses questionamentos são importantes para se pensar sobre o real papel desempenhado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido em nossa região, como formador de agentes multiplicadores de saberes e de apropriação das tecnologias apropriadas, desenvolvendo assim o potencial modificador e possibilitador de melhores condições de convivência com a região.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios impostos pela volta do homem ao campo.- In: *Gazeta Mercantil*. Brasília: Gazeta Mercantil 02/10/2000. p. A 3.

ALBUQUERQUE JR, Durval M. de. "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 28, pp. 111-120; 1995.

ALVES, E. et. al. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola (Embrapa)*. Ano XX – nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2011. pp.80-88.

BRUMER, Anita. A Problemática dos jovens rurais na Pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J. CASTRO, E. G. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauá X: 2007.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Francisco SILVA C.T.; SANTOS R; COSTA. L.F.C; (Org.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 95-118.

\_\_\_\_\_. Juventude rural, projetos e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005.

CARVALHO, José Otomar de. Natureza das ações de governo em relação ao Nordeste. In: *Desenvolvimento Regional: um problema político*. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014.p. 179-204.

CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate. 2006. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf>>. Acesso 14 junho2019.

FRANÇA, F. M. Estratégias do Banco do Nordeste para o desenvolvimento sustentável do semi-árido regional. *Coleção Mossoroense*, v. 1135, p. 109 -116, 2000

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>> Acesso em: 06 maio 2018.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. *Juventude rural: suas construções identitárias*. Editora da UFPE, Recife: 2011.

SILVA, Roberto. M. A. da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. reimp. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 276 p. (Série BNB Teses e Dissertações, 12).